

Mudanças estruturais e institucionais no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha

Reginaldo Bezerra de Menezes da Silva/UEM¹
Marina Silva da Cunha/UEM²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as principais mudanças estruturais e institucionais no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Destacam-se, pelo lado da oferta de trabalho: o aumento da população economicamente ativa (PEA), o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do nível de escolaridade, o aumento do desemprego para os trabalhadores menos qualificados e o elevado índice de desemprego da população jovem. Pelo lado da demanda, observou-se o aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados, a diminuição do emprego na indústria e na agricultura, em detrimento dos setores de serviços e comércio. As mudanças institucionais tiveram implicações, sobretudo, no elevado grau de informalidade observado na década passada, com pequena diminuição na década atual.

Palavras chave: Mercado de trabalho, Emprego, Oferta de trabalho, Demanda por trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho passou por inúmeras transformações nas últimas décadas, decorrentes, de um lado, das mudanças na economia brasileira, como a abertura econômica, os planos de estabilização, as mudanças no regime cambial e, de outro, pelas mudanças na legislação do trabalho, sobretudo as decorrentes da Constituição de 1988. Como resultado, a taxa de desemprego, um dos principais indicadores do funcionamento do mercado de trabalho, parece sugerir que o impacto das mudanças ocorridas não foi positivo, pois no início da década de 1990, mais especificamente em 1992, estava em 7,2% e, em 2005, em 10,2%, conforme Ramos (2007).

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar as principais mudanças estruturais e institucionais no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Para tanto, são discutidas as principais mudanças ocorridas na oferta e demanda de trabalho e nas instituições do mercado de trabalho. Pelo lado da oferta, enfatizam-se os aspectos demográficos da população, as mudanças na composição das pessoas ocupadas e desocupadas, considerando o gênero, a cor, as regiões, o nível de escolaridade, o perfil etário e o diferencial de rendimentos entre os subgrupos. Pelo lado da demanda, apresentam-se as implicações da crescente demanda por mão-de-obra mais qualificada e as mudanças associadas à redução do emprego nos setores da indústria e da agricultura, em detrimento dos setores de comércio e de serviços. Por fim, são apresentadas as principais mudanças decorrentes da Constituição de 1988, o comportamento do grau de informalidade e os impactos na Previdência Social.

O conhecimento das transformações ocorridas no mercado de trabalho torna-se relevante para a elaboração de políticas públicas voltadas para o emprego, para o aumento da renda e para a diminuição das desigualdades sociais. Trata-se de um mercado em que podem ser verificados muitos indicadores de desigualdade e pobreza. Por outro lado, constata-se que o bom funcionamento do mercado de trabalho, dentro das normas e leis vigentes, é socialmente vantajoso para trabalhadores, empregadores e governo.

Este artigo está organizado em 3 seções, além desta introdução. A próxima seção busca resgatar as mudanças estruturais no mercado de trabalho, divididas em mudanças na oferta e na demanda por trabalho. A seção seguinte discute as mudanças institucionais do mercado de trabalho e as conseqüências para ele. Por fim, as considerações finais, na última seção, resgatam as principais transformações ocorridas.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista do Programa PIBIC/CNPq-UEM-FA.

² Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

2 MUDANÇAS ESTRUTURAIS

2.1 OFERTA DE TRABALHO

Nas últimas décadas, aconteceram importantes transformações no padrão demográfico da população brasileira, decorrentes, principalmente, de um menor índice de fecundidade e de uma menor taxa de mortalidade, especialmente da infantil e nas faixas etárias entre 60 e 80 anos ou mais. Conforme Camarano (2002), enquanto a população com 60 anos ou mais, em 1940, representava 4% da população total, em 1996, atingiu o patamar de 8%.

Atualmente, o idoso é muito importante na composição da renda familiar. Ainda segundo Camarano (2002), no ano de 1998, a renda do idoso chegava a representar 52,5% da renda familiar e, além disso, era possível encontrar pelo menos um idoso em 26% dos domicílios brasileiros. Conseqüentemente, observa-se que o nível de renda das famílias brasileiras é dependente dos benefícios pagos pelo governo, como aposentadorias e pensões.

As mudanças verificadas no padrão demográfico têm reflexos diretos na estrutura da população em idade ativa (PIA), composta pelos indivíduos de 10 anos ou mais³. Segundo Tafner (2006), durante toda a década de 1990, observa-se queda na taxa de crescimento da população menor de 15 anos e na população de 15 a 39 anos. Em contrapartida, as taxas de crescimento da população de 39 a 45 anos e de 60 anos ou mais aumentaram. Para o autor, o baixo crescimento dos grupos mais jovens, comparado ao alto crescimento dos grupos mais velhos, leva ao envelhecimento da PIA. Além do envelhecimento, há uma tendência de diminuição no ritmo de expansão da PIA, que apresentou uma média de crescimento de 2,3% a.a. na década de 1990, contra 2,0% a.a. na atual (RAMOS, 2007). O autor destaca que o recorte espacial da PIA, entre as grandes regiões, apresenta um crescimento acima da média nacional para as regiões Norte e Centro-Oeste. Tais regiões, por sua elevada expansão da atividade econômica, atraem maior contingente populacional.

É relevante observar as mudanças verificadas na PIA, pois este é o agregado que representa o total de pessoas aptas para o trabalho. No entanto, é a população economicamente ativa (PEA) a melhor variável para medir a pressão da oferta sobre o desempenho do mercado de trabalho, por representar as pessoas que estão ocupadas e as que estão à procura de um emprego. Conforme Ramos (2007), nas últimas décadas, a PEA cresce a um ritmo mais acelerado do que a PIA, 2,28% a.a na década de 1990 e 2,82% a.a na década atual.

O recorte espacial da população ocupada entre as grandes regiões, no período de 1992 e 2002, revela que a região Norte obteve o maior crescimento desse contingente, 58,6%, aumentando a participação da população ocupada total em 1,26 p.p. A região Centro-Oeste obteve o segundo maior crescimento, 28,4%, mas sua participação aumentou menos, 0,42 p.p. A região Sudeste cresceu 21,9 %, seguida pelas regiões Sul, 16,3%, e Nordeste, 15,4%. Vale destacar a redução da participação da região Nordeste em 1,30 p.p. (RAMOS E FERREIRA, 2005). O trabalho dos autores mostra que, apesar de a Região Norte apresentar o maior crescimento da população ocupada, sua taxa de desemprego registrou o segundo maior aumento, passando de 8,8% para 10,7%, entre 1992 e 2002, revelando instabilidade no mercado de trabalho dessa região.

A análise da taxa de desemprego e da população ocupada, sob a ótica da escolaridade, apresentou significativas mudanças na última década e na atual. O trabalho de Ramos e Brito (2003), com dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, mostra que a participação dos trabalhadores com pouca instrução (com até quatro anos de estudo), no contingente dos desempregados, diminuiu entre 1991 e 2002, de 31,0% para 14,5%. Por outro lado, aqueles que têm de 9 a 11 anos de escolaridade aumentaram sua participação entre os desempregados, de 23,7% para 46,8%. A população ocupada aumentou no período em 2 milhões, sendo que 60% desse aumento foi de trabalhadores com 12 anos ou mais de estudo. Em contrapartida, a participação dos trabalhadores ocupados com até quatro anos de estudo diminuiu de 39% para 21%, no mesmo intervalo de tempo. Portanto, no período considerado,

³ A partir de 2002, houve mudanças na metodologia de pesquisa mensal do emprego (PME), realizada pelo IBGE, em que a população em idade ativa, que antes era de 16 anos ou mais, passou a ser de 10 anos ou mais de idade.

houve aumento da participação de pessoas com maior nível educacional, tanto no contingente de desempregados, como no contingente de ocupados.

Andrade e Menezes-Filho (2005), com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1981 a 1999, mostram a mesma tendência que Ramos e Brito (2003), ou seja, os trabalhadores com baixa qualificação diminuem sua participação na força de trabalho. Conforme os autores, a proporção de trabalhadores com baixa qualificação (até quatro anos de estudo) está reduzindo, ao contrário das pessoas com nível de escolaridade médio (entre 5 a 11 anos de estudo), que estão aumentando sua participação. Os resultados retratam que o diferencial médio de salários entre semi-qualificados (5 a 11 anos de estudo) e não-qualificados (com até 4 anos de estudo) está diminuindo ao longo desses anos; entre qualificados (12 ou mais de estudo) e não-qualificados observa-se o mesmo fenômeno. Entretanto, na relação entre qualificados e semi-qualificados, constata-se aumento na década de 1990 que, segundo os autores, está além do aumento na escolaridade da oferta de trabalho, mas é explicada, sobretudo, pelo aumento na demanda relativa de trabalho. Torna-se importante observar que a abertura comercial no início da década de 1990 foi a responsável pelo aumento dos diferenciais salariais, devido à intensificação da demanda por mão-de-obra mais qualificada nesse período.

Outro aspecto relevante na caracterização da oferta de trabalho pode ser observado na maior participação das mulheres. No ano de 1993, as mulheres economicamente ativas, ou seja, na PEA, representavam 39,6% do total, passando para 43,5%, em 2005. Contraindo-se a essa tendência, a participação dos homens ativos, no mesmo período, caiu de 60,4% para 56,5% (BRUSCHINI, 2007).

O estudo de Soares e Izaki (2002) evidencia mudanças no perfil da mulher trabalhadora, no que se refere à faixa etária, ao estado civil e à escolaridade. Por faixa etária, houve uma inversão da participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres jovens, que antes entravam no mercado de trabalho mais cedo, preferem, na década atual, elevar sua capacitação, diferentemente das mulheres adultas que antes participavam menos e na atualidade participam mais da atividade econômica. Esse fato pode ser, observado na composição da força de trabalho feminina, em que a participação das mulheres casadas aumentou 24 p.p de 1977 a 2001, chegando a 50% do total de mulheres na força de trabalho. A escolaridade é outra variável importante para avaliar o aumento da participação da mulher, visto que o número médio dos anos de estudo, nesse grupo, aumentou de 3,9 para 5,7 no período.

Scorzafave e Menezes-Filho (2001) analisaram a questão da evolução da participação feminina no mercado de trabalho entre 1982 e 1997, com dados da PNAD. Os resultados foram similares aos apresentados por Soares e Izaki (2002). A participação das mulheres na força de trabalho aumentou em todas as faixas etárias. Quando feita a decomposição da taxa de participação feminina por nível de escolaridade, percebe-se que as mulheres, com 12 anos ou mais de estudo, são as que apresentam o maior aumento.

A maior participação da mulher no mercado de trabalho implica importantes mudanças na composição dos rendimentos domiciliares. Assim como a população idosa tem auxiliado na composição da renda domiciliar, as mulheres também têm aumentado sua contribuição. No período de 1981 a 2002, a participação na renda domiciliar advinda do trabalho da mulher aumentou de 15,7% para 23,8%, ao passo que a proporção da renda do trabalho do homem na renda domiciliar reduziu de 69,6% para 53,6% (HOFFMANN E LEONE, 2004).

Apesar de uma maior participação da mulher na força de trabalho e de sua maior contribuição para os rendimentos da família, a discriminação contra elas, assim como para outros grupos, revela-se no mercado de trabalho através dos diferenciais de salários. Soares (2000) analisou a evolução da discriminação de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, durante o período de 1987 a 1998. A decomposição dos rendimentos foi feita com modelos com controle e sem controle⁴. Os resultados mostram que as mulheres brancas, que possuem o mesmo nível educacional e que trabalham na mesma região e no mesmo setor, recebem 35% a menos do que os homens brancos, sendo que essa diferença diminuiu ao longo do período. Os homens negros recebem em torno de 5% a 20% menos do

⁴ Os modelos estimados com controle acrescentam variáveis binárias para medir os diferenciais salariais entre homens e mulheres, de acordo com a região geográfica, o setor da atividade econômica e a forma de inserção no mercado de trabalho (formal e informal).

que os homens brancos. No entanto, o autor ressalta que a discriminação das mulheres é puramente salarial, enquanto a discriminação dos homens negros é ocupacional ou de vínculo, ou seja, estão ocupados, na sua maioria, em setores que remuneram menos e muitas vezes na informalidade. Quanto às mulheres negras, elas têm acumulado na sua distribuição de salários o efeito de discriminação ocupacional, de vínculo e de salários.

Guimarães (2006), utilizando dados da PNAD de 2002, investiga os determinantes dos diferenciais de rendimentos entre negros e brancos, questionando se isso é decorrente da discriminação racial ou da diferença nos atributos produtivos (escolaridade, experiência, setor de trabalho, trabalho formal ou informal). De acordo com os resultados, o salário por horas do trabalhador negro é cerca de 17% menor em relação ao salário por horas do trabalhador branco. O diferencial salarial é 30% explicado pela discriminação e 70% pela diferença nos atributos produtivos⁵.

Outro grupo etário que apresenta mudanças nas últimas décadas é o de jovens brasileiros. Os estudos mostram que a forma de inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido incompatível com as necessidades desse grupo, como mais emprego, maior qualificação, boas condições de trabalho, proteção social, entre outros.

Camarano et. al (2001) basearam-se nos dados das PNADs de 1981 e 1999 para analisar as características do processo de inserção no mercado de trabalho do subgrupo populacional de 15 a 24 anos. Os dados de 1999 revelam que o desemprego juvenil é cerca de duas vezes maior do que o desemprego na sua forma geral. Entre a população jovem masculina, a variação na taxa de desemprego foi de 7,9% para 15,8%, e, entre a feminina, de 7,6% para 24,5%. Ainda segundo a autora, a informalidade atingiu maciçamente a população jovem. Em 1981, 38,5% dos jovens do sexo masculino e 40,9% dos do sexo feminino trabalhavam com carteira de trabalho assinada; em 1999, essas proporções declinaram para 34,3% e 37,8%, respectivamente. Com uma menor participação relativa dos jovens que trabalham com carteira assinada, é de se esperar uma menor capacidade de contribuição para a Previdência Social desse subgrupo. Segundo a autora, em 1981, aproximadamente 42% dos jovens de 15 a 24 anos contribuíam para um regime previdenciário; em 1999, essa proporção se reduziu para 38%.

Silva e Kassouf (2002) analisaram a evolução dos jovens no mercado de trabalho brasileiro nos de 1990 a 1998, com dados da PNAD dos respectivos anos. O objetivo foi diagnosticar a situação do jovem, com idade entre 15 e 24 anos, buscando avaliar a magnitude e os determinantes do desemprego da juventude brasileira. De acordo com as autoras, em 1990 existiam 10,7% de jovens desempregados, enquanto em 1988 já somavam 17,2%. Em 1990 e 1998, o contingente de jovens desempregados representava 51% e 49%, respectivamente, dos desempregados brasileiros.

A situação da mulher nesse subgrupo apresenta a mesma tendência dos outros trabalhos, no que se refere ao desemprego, pois a taxa de desemprego entre as mulheres foi cerca de 50% superior à masculina no ano de 1998.

O estudo também mostrou a importância do fator experiência e escolaridade na probabilidade de o jovem estar empregado. Segundo o modelo estimado, enquanto o aumento de um ano de experiência aumenta em 20% a probabilidade de o jovem encontrar-se empregado, o aumento de um ano de escolaridade aumenta apenas em 1% essa mesma probabilidade. A experiência profissional é, portanto, mais importante do que a escolaridade, na chance de um jovem estar empregado. Essa é uma tendência que se observa no mercado de trabalho, pois é comum a não-admissão de jovens pela falta de experiência.

⁵ Primeiramente, a regressão é realizada, separadamente para os trabalhadores brancos e para os negros, considerando os mesmos atributos produtivos (variáveis independentes). Neste caso, a remuneração de brancos e negros deveria sofrer a mesma variação, ao variar o atributo produtivo no mesmo percentual. Um segundo passo, é imputar as variáveis explicativas do grupo formado pelos negros no modelo dos brancos (os parâmetros resultantes de cada regressão são multiplicados). A equação resultante fornece dois novos parâmetros, o primeiro mede a diferença das elasticidades entre negros e brancos, caso os negros fossem remunerados como os brancos. O segundo parâmetro mede a diferença entre a elasticidade do salário que o negro receberia caso fosse remunerado como branco e a elasticidade do salário que ele efetivamente recebe.

2.2 DEMANDA DE TRABALHO

As transformações ocorridas na economia brasileira, no decorrer da década de 1990, provocaram uma série de mudanças na estrutura da demanda por trabalho. A abertura comercial, no início da década, foi responsável por impulsionar a entrada de novas tecnologias e imprimir um novo ritmo na produção industrial brasileira, observando-se ganhos de produtividade. Com a entrada de novas tecnologias, as firmas locais passaram a buscar trabalhadores mais qualificados no mercado.

Segundo Giovannetti e Menezes-Filho (2005), a participação de trabalhadores qualificados na indústria cresceu 8,2%, entre 1990 e 1998. A busca por profissionais qualificados para operar as novas tecnologias, até então pouco adotadas pelas firmas brasileiras, possibilitou o aumento da produtividade do trabalho.

Moreira e Najberg (1998) revelam que a variação do emprego, segundo a variação na produtividade do trabalho, é relevante no período de 1990/1995. Conforme os autores, o emprego teria aumentado 13,9% no período, se não fosse o aumento da produtividade e da concorrência direta das importações, associada também à redução das exportações, que juntas levaram à perda de 3,7% e 1,9% do emprego, respectivamente.

No estudo de Maia (2003), os resultados foram mais contundentes. A perda de empregos decorrentes de mudanças tecnológicas foi de 7,1% no período de 1985/1995, equivalente a 3,8 milhões de empregos. Cerca de 1,6 milhão de empregos deixaram de ser gerados no País, em virtude das alterações nas relações de troca com outros países. Em uma segunda parte do trabalho, os resultados revelam que os trabalhadores qualificados foram beneficiados pelas mudanças na tecnologia de produção. O emprego dos menos qualificados diminuiu 8,8%, enquanto o emprego dos trabalhadores qualificados aumentou em 15,8%.

Reis (2006) procurou avaliar os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sob uma nova ótica, a do nível de desemprego. Com dados da PNAD de 1990 a 1999, foram estimados os parâmetros de um modelo a partir do qual são calculados os impactos sobre as variações nas taxas de desemprego por nível de qualificação⁶. Para isso, foi utilizado um modelo em que a economia está sujeita a choques agregados, que incidem sobre todos os tipos de trabalhadores da mesma forma, e choques relativos, que representam mudanças na estrutura da demanda por trabalho.

Na década de 1990, o grupo que apresentou a menor variação da taxa de desemprego foi o qualificado, 4,34 p.p. Os dois grupos com menos anos de estudo, semi qualificados e não-qualificados, sofreram os maiores aumentos, 6,48 e 6,35 p.p, respectivamente. Na análise do rendimento médio por faixa de escolaridade, observou-se a diminuição da variável em questão para todas as faixas, todavia os indivíduos com maior escolaridade perderam menos do que os indivíduos com pouca escolaridade.

De acordo com os resultados de Reis (2006), os choques sobre a demanda por trabalho qualificado são responsáveis por 40% a 60% da variação da taxa de desemprego entre 1990 e 1999. O desemprego ocorre de fato porque existe um desajuste entre oferta e demanda por qualificação. A demanda por qualificação não é atendida de imediato, porque faltam trabalhadores qualificados no mercado. O tempo de qualificação pode alongar o período de desemprego. Além disso, existe o desemprego decorrente das mudanças setoriais da atividade econômica, como será analisado a seguir.

Outro fato importante, durante a década de 1990, foram as mudanças estruturais na composição do emprego por setor da atividade econômica. Houve queda do emprego industrial e na agricultura e aumento do emprego nos setores de serviço e comércio. Concomitantemente ao crescimento econômico de serviços e comércio, cresceu a demanda por trabalhadores, e observou-se, nesse período, o fluxo de pessoas do setor industrial e da agricultura para os de serviço e comércio.

Segundo Reis e Gonzaga (2000), com base nos dados da PME do IBGE de 1983 a 1997, o emprego no setor de serviços técnicos e profissionais apresentou aumento de 113,05%. Por outro lado, notou-se redução de 33,76%, 30,00% e 28,04%, respectivamente, nos setores da agricultura, da indústria

⁶ A educação é utilizada como *proxy* para o nível de qualificação na maioria dos trabalhos sobre o assunto. No trabalho de Reis (2006), indivíduos não-qualificados estão entre 0 e 3 anos de estudo; semi-qualificados, entre 4 e 10 anos; e qualificados, 11 anos ou mais.

mecânica e da indústria de minerais não-metálicos. Os deslocamentos de trabalhadores entre os setores levaram, segundo o autor, a uma elevação da taxa de desemprego, medida pelo tempo de saída de um setor para o outro. Quando o período de estimação é de 1983 a 1992 ou de 1983 a 1993, em torno de 40% das flutuações da taxa de desemprego são provocadas pelos choques realocativos.

O trabalho de Néri et al. (2000) mostra a evolução do nível de emprego por setor da atividade nos períodos de 1990/94 e 1994/98, com base nos dados da PME. No primeiro período, o emprego industrial declinou cerca de 10% até meados de 1992, quando se estabilizou, devido à recuperação da economia no segundo trimestre. No setor do comércio, permaneceu estável até meados de 1992, apresentando crescimento, a partir desse período. Por sua vez, no setor de serviços houve crescimento do emprego durante todo o período. Os autores chegam à conclusão de que a evolução da taxa de desemprego aberto e a estagnação do nível de emprego estão diretamente associadas à redução do emprego industrial. No segundo período, o quadro é similar ao que ocorreu no início da década. O emprego industrial tende a cair a partir de 1995, apesar do crescimento do produto, enquanto o emprego nos setores de comércio e serviços tende a aumentar acentuadamente até o final de 1996, quando então apresenta uma tendência clara à estagnação. A partir de 1997, o crescimento do emprego, nos setores de serviços e comércio, não mais compensa a queda no emprego industrial, resultando em uma tendência de alta da taxa de desemprego aberto em 1998.

Ramos (2002) realizou um estudo relacionando as vicissitudes na estrutura setorial do emprego à informalidade, no período de 1991 a 2001. Com dados da PME do IBGE, o autor investiga a possível ligação entre o aumento da informalidade e as mudanças na composição setorial do emprego metropolitano. Para tal, escolheu dois setores, a indústria de transformação, que encolheu no período, e o segmento de serviços, que, ao contrário, cresceu significativamente. O setor de serviços, apesar de ser mais intensivo em relações informais, apresentou estabilidade no grau de informalidade (60%), diferentemente do que aconteceu no setor da indústria de transformação, que, por ser intensivo em relações formais, não apresentou a mesma tendência no período (o grau de informalidade aumentou de 16% para 30%). Pelas simulações realizadas por Ramos (2002), conclui-se que as mudanças setoriais explicam 26,7% da variação da informalidade. Embora seja pequena a variação, fica evidente que a informalidade aumentou mais no segmento da indústria do que no mercado de trabalho de modo geral.

Ramos (2003) procurou avaliar a evolução da demanda por trabalho, segundo critérios macroeconômicos, associando os resultados do mercado de trabalho às políticas macroeconômicas vigentes. Segundo o autor, até 1999, o que se observou foi o crescimento econômico com irrisório aumento do emprego formal, sendo o crescimento do emprego informal predominante. Entre 1993 e 1996, a variação do PIB de 18,82% elevou o percentual de empregos com carteira em 0,88%, nas grandes regiões metropolitanas (PME), e em 15,98%, no caso dos informais. Ao contrário, entre 1999 e 2002, diante de um crescimento de 8,30% do PIB, o número de empregados com carteira se elevou em 17%. No período de 1994 a 1998, em que se utilizou a taxa de câmbio como âncora nominal, o impacto foi negativo sobre a elasticidade emprego formal-produto. A partir de 1999, o governo estabeleceu o sistema de metas de inflação, combinada com a taxa de câmbio flutuante, que permitiu um crescimento econômico modesto, elevado índice do emprego formal e diminuição do emprego informal.

3 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Um dos determinantes do funcionamento e desempenho do Mercado de Trabalho são as instituições que o regem, podendo ser elas originárias da Legislação do Trabalho, da Constituição Federal, da Justiça do Trabalho, de contratos entre trabalhadores e firmas e sindicatos.

Nesta seção, será discutida a influência de algumas leis, sobretudo as referentes à Constituição de 1988, sobre o mercado de trabalho.

A Nova Constituição aumentou a regulamentação do emprego e elevou seu custo legal, restringindo a operação das empresas e, por conseqüência, diminuindo a oferta de postos de trabalho e aumentando os incentivos à informalidade (TAFNER, 2006). Entre as mudanças na Nova Constituição para o trabalhador, destacam-se: a queda no número máximo de horas trabalhadas, de 48 para 44; o número máximo de horas trabalhadas para turnos contínuos, que passou de oito para seis horas; o valor mínimo

de pagamento sobre horas extras, que aumentou de 20% para 50%; o período para licença-maternidade, com aumento de três para quatro meses; e abono de férias correspondente a 1/3 do salário mensal. Nas organizações, as principais mudanças repercutiram na autonomia dos sindicatos, sendo eliminadas intervenções por parte do governo (BARROS et al., 1999).

O aumento do grau de informalidade pode intensificar-se de acordo com as instituições do mercado de trabalho. Esse fato merece atenção especial, uma vez que os trabalhadores sem carteira assinada não possuem qualquer proteção legal e, deste modo, não contribuem para a Previdência Social. No total, percebe-se que a informalidade no Brasil aumentou durante a década de 1990 - de 51,9%, em 1992, para 53,5%, em 2001 - contudo recuou para 51,2%, em 2004. Nas regiões metropolitanas, a informalidade aumentou de 38,3%, em 1992, para 44,6%, em 2001, reduzindo, a partir de então, para 44,1% no ano de 2004 (RAMOS E FERREIRA, 2005).

O aumento da informalidade na década de 1990 teve impacto negativo no sistema previdenciário brasileiro, ao diminuir o número de contribuintes para a Previdência. Segundo Delgado (2006), o número de contribuintes como proporção da PEA diminuiu de 55,6% para 51,1%, entre 1980 e 2000, apresentando leve recuperação, para 51,7%, em 2004. Portanto, pode ser constatado que, na década atual, a diminuição da informalidade e o conseqüente aumento da formalização têm aumentado a cobertura de contribuintes para a Previdência Social. O setor informal é complementar ao setor formal, ou seja, em 2004, 48,3% da PEA não contavam com o seguro social, não acessando o conjunto de direitos e benefícios assegurados pelo sistema previdenciário. Dentre esses trabalhadores não-segurados, 21,8% correspondem aos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada.

Ulysea (2004) procurou estabelecer o efeito de algumas mudanças institucionais sobre o grau de informalidade, no desemprego e no bem-estar da economia. O custo de criação de um posto de trabalho formal é o aspecto institucional que mais afeta os resultados do modelo estimado pelo autor. Na simulação, quando se dobra o custo de criação de uma vaga, o desemprego aumenta em até 1,8 p. p., o grau de formalidade diminui em 4,1 p.p e o grau de informalidade aumenta em 2,3 p.p. O aumento do custo de demissão diminui o salário formal em favor do salário informal, fazendo o diferencial variar de seis a dez pontos percentuais, favorecendo os trabalhadores informais. Os resultados reforçam a idéia de que a atual legislação fornece incentivos para o setor desprotegido do mercado de trabalho. Dessa forma, o efeito final sobre o bem-estar da economia não é positivo, porque, apesar de reduzir o custo, a informalidade implica maior instabilidade dos contratos de trabalho e perda de produtividade, resultando em um produto final menor.

Menezes-Filho et al. (2004) investigaram os determinantes do diferencial de salários entre os setores formal e informal do mercado de trabalho, utilizando dados da PNAD de 1981 a 2001. Os resultados revelam que os salários dos trabalhadores do setor informal são maiores do que os do setor formal e, além disso, que a escolaridade é a característica individual que mais pesa na determinação de salários entre os dois setores.

Por outro lado, em trabalho mais recente, Curi e Menezes-Filho (2006) chegam à conclusão de baixa segmentação entre trabalhadores formais e informais, com os primeiros recebendo maior remuneração. Conforme os autores, o diferencial, dado o controle por características observáveis (educação, experiência, região) e pelas características não-observáveis (inteligência, habilidades, qualidade da educação) dos trabalhadores, diminuiu de 10% para 5% da década de 1980 para a década de 1990.

O trabalho de Tannuri-Pianto e Pianto (2002) apresenta evidências similares à pesquisa de Curi e Menezes-Filho (2006). Os resultados apontam indícios de que o mercado de trabalho pode estar segmentado e que os trabalhadores informais recebem um retorno menor a seus atributos do que aquele recebido por indivíduos no setor formal.

Fernandes e Menezes-Filho (2000) analisaram a razão encargos/rendimentos para 22 ramos industriais entre 1986 e 1995, com o objetivo de verificar o impacto que têm os encargos sobre o bem-estar dos trabalhadores. O que se verifica é um impacto inexpressivo sobre o nível geral de empregos e impacto significativo sobre os salários. Para o total de encargos, a elasticidade foi de -0,46, indicando que um aumento de 10% dos encargos reduz em 4,6% o salário médio na indústria.

A redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, uma das conquistas trabalhistas da Nova Constituição, foi objeto de estudo de Gonzaga et al. (2003), que procuraram estabelecer os impactos disso sobre o mercado de trabalho. A ideia, conhecida como partilha do trabalho (*work-sharing*), é que a redução da jornada permitiria que o mesmo trabalho fosse repartido por mais trabalhadores, aumentando, portanto, a demanda por trabalho. No entanto, a maior parte dos artigos contesta a base teórica e a observação empírica de ocorrência de partilha do trabalho.

Com uma base de dados longitudinais da PME, os autores buscaram verificar se realmente houve mudanças no emprego, um ano após a promulgação da Constituição de 1988. Os resultados da pesquisa mostram uma expressiva redução da jornada de trabalho efetiva, em que 60,4% dos trabalhadores que tinham jornada de 45-48 horas, em 1988, e permaneceram empregados com jornada entre 40 e 48 horas semanais, em 1989, reduziram suas jornadas para 40-44 horas. Em 1989, a probabilidade de o trabalhador ficar desempregado não foi afetada, descartando a hipótese de que a redução da jornada de trabalho tenha alterado o nível de emprego.

As mudanças anuais no salário mínimo sempre levantam debates entre os pesquisadores em relação aos efeitos sobre o funcionamento do mercado de trabalho. É comum o debate de que um aumento do salário mínimo restringe a operação, através do aumento dos custos, principalmente das micro e pequenas empresas.

Corseuil e Carneiro (2001) utilizaram duas formas de responder a questão. A primeira se baseia em dados longitudinais, e a segunda em séries temporais, ambas utilizando dados da PME do IBGE. Na primeira, os resultados mostram que um aumento do salário mínimo parece exercer influência considerável na distribuição de salários, sendo a influência maior na concentração de trabalhadores que recebem o equivalente a um salário mínimo e menor para os trabalhadores que recebem mais de dois salários mínimos. Também existem evidências de que aumentos do salário mínimo exerçam efeitos positivos sobre a probabilidade de um trabalhador ficar desempregado. Por exemplo, um aumento de 10% no salário mínimo elevava a probabilidade de ser demitido em 36,9%, em 1995, porém, em 1999, esse efeito era de -70,5%. Na segunda, os resultados apontam que aumentos no salário mínimo tendem a gerar efeitos de pequena magnitude sobre o desemprego.

Foguel (1998) analisou os efeitos de reajustes do salário mínimo sobre um conjunto de variáveis, como a taxa de desemprego, o grau de formalização, a taxa de atividade⁷ e a composição do emprego. Os resultados apontam para efeitos diversos, positivos e negativos. No ano de 1990, um aumento de 10% no salário mínimo elevaria a taxa de desemprego de 5% para 5,5%. Os efeitos sobre o grau de formalização são positivos, ao contrário do que afirmam algumas teorias sobre o tema. Um aumento de 10% do salário mínimo causa um aumento da formalização em 1,1 p.p, ou seja, a taxa de participação dos empregados com carteira assinada aumenta. A taxa de atividade decresce mais intensamente devido à redução da população ocupada do que da redução da população desocupada. Por fim, a composição do emprego setorial muda com o aumento do salário mínimo. A participação de ocupados na indústria de transformação e no comércio cai 6,4% e 3,8%, respectivamente, ao contrário do setor de serviço, em que a participação de ocupados aumenta 0,5 p.p.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar importantes mudanças estruturais e institucionais no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo as que estão relacionadas com a oferta e a demanda por trabalho. Os resultados encontrados na literatura permitiram uma visão mais detalhada do funcionamento e do desempenho do mercado de trabalho nas últimas décadas, frente às inúmeras mudanças de ordem econômica, demográfica e institucional.

A PIA, representada pelas pessoas aptas para o trabalho, tem uma tendência de queda e envelhecimento, o que pode ser explicado pelas mudanças nos grupos etários da população brasileira, na qual se verifica o aumento da população idosa e a diminuição relativa da população jovem e adulta.

⁷ Taxa de atividade é a razão entre a PEA e a PIA. Portanto, ao diminuir a PEA, a taxa de atividade decresce. Ressalte-se que a PEA é composta pela população ocupada mais a população desocupada.

No entanto, a PEA, que representa as pessoas que se encontram no mercado de trabalho e capta melhor a oferta de trabalho, apresenta crescimento acelerado na década atual, em relação à década anterior.

Quanto ao nível educacional dos trabalhadores, na PEA, houve diminuição da participação no grupo com pouca instrução, com até quatro anos de estudo, e aumento no daqueles com nível de escolaridade mais elevado. A participação de trabalhadores com nível de ensino superior apresenta elevado crescimento no contingente da população ocupada. Apesar disso, o nível educacional do trabalhador brasileiro continua muito defasado em relação às exigências da demanda por trabalho que, a partir da década de 1990, intensificou-se, requerendo mão-de-obra mais qualificada.

Na análise por gênero, observa-se que a participação das mulheres, no total da PEA, cresceu no período e que elas entram no mercado de trabalho mais tarde, por dar preferência ao término da formação educacional. Além disso, a participação da renda da mulher na renda domiciliar aumentou, frente à diminuição da participação dos homens. A escolaridade média das mulheres supera a escolaridade dos homens, o que lhes daria a possibilidade de obter maior retorno financeiro do que os homens. Porém, como ficou evidente, elas ganham em média menos do que eles, mesmo tendo a mesma escolaridade e a mesma ocupação no mercado.

A discriminação também é observada na análise por cor, pois se verifica que o diferencial de salários entre negros e brancos é favorável para os últimos. Os resultados mostram que a discriminação não se de apenas à cor do indivíduo, mas também ao fato de os negros estarem inseridos em atividades informais e por possuírem menor escolaridade do que os brancos.

Na análise da PEA, conforme subgrupos etários, chamou atenção a situação desfavorável dos jovens brasileiros, pois esse é o contingente que representava 50% dos desempregados, durante os anos 1990. Dentro das faixas etárias analisadas, o desemprego juvenil feminino é maior do que o masculino. Ressalta-se ainda o elevado grau de informalidade desse subgrupo, que pouco diminuiu na década de 1990, e, conseqüentemente, a sua baixa contribuição para a Previdência Social.

Os resultados em relação à demanda por trabalho decorrem, particularmente, da abertura econômica que possibilitou a reestruturação produtiva da indústria brasileira, marcada pelo uso de tecnologias importadas e pela concorrência de produtos importados. Esse processo possibilitou aumento da produtividade do trabalho, queda da criação de empregos e perda salarial.

O emprego no setor industrial e na agricultura caiu no período, ao contrário do verificado nos setores de serviços e comércio. Os deslocamentos de trabalhadores entre os setores levaram a um aumento da taxa de desemprego, medida pelo tempo de saída e entrada de um setor para o outro. A partir de 1997, o crescimento dos setores de serviços e comércio não compensou a queda no emprego industrial, elevando a taxa de desemprego aberto em 1998. Não obstante a queda do emprego no setor industrial, a qualidade do emprego industrial se deteriorou, sobretudo pelo aumento da informalidade nesse setor.

As mudanças institucionais também são responsáveis por esses movimentos observados na oferta e na demanda por trabalho. A nova constituição aumentou a regulamentação do emprego e de seu custo legal. As evidências empíricas apontam para aumento do grau de informalidade. Com relação aos resultados dos diferenciais salariais entre os trabalhadores dos setores formal e informal, não existe um consenso na literatura sobre qual trabalhador possui os maiores salários. Pode-se concluir que a atual legislação oferece incentivos para o setor desprotegido da economia, por meio da ampliação da informalidade.

Nos últimos anos, parece haver mudanças nos resultados do mercado de trabalho brasileiro, pois está aumentando o número de contratos com carteira assinada e o desemprego aberto está reduzindo, tendo já atingido um dígito. Porém ainda é alto o nível de empregados trabalhando sem carteira de trabalho assinada e por conta própria. Para que esses indicadores melhorem, é necessário um ambiente interno favorável, com taxas de juros menores e menor carga tributária, juntamente com a flexibilização das leis que elevam o custo do emprego. De outro lado, tem-se um déficit educacional muito alto, o qual precisa ser revisto como prioridade pelo governo e pela iniciativa privada. Nessa perspectiva, acredita-se ser necessária a elevação do grau de escolaridade e da capacitação de quem já se encontra no mercado de trabalho, bem como daqueles que futuramente entrarão nesse mercado.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the main structural and institutional changes in the Brazilian labor market, in the last few decades. It is distinguished for the side of labor supply, increase of the PEA, of the participation of the women in the labor market, increase of the level of schooling of the PEA, of the unemployment for the workers less qualified, of the rate of unemployment of the young population, between others. For the side of labor demand, increase of the demand for more qualified workers, reduction of the job in the industry and agriculture in detriment of the sectors of services and commerce. The institutional changes had implications, especially, on the elevated degree of informality observed in the last decade, with small reduction in the current decade.

Key words: Labor market, Employment, Labor supply, Labor demand.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. A. S.; MENEZES-FILHO, N. A. O papel da oferta de trabalho no comportamento dos retornos à educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p. ago, 2005.
- BARROS, R.P.; CORSEUIL, C.H. e BAHIA, M. Regulamentação do mercado de trabalho e duração do emprego no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.29, n.3, p.315-316, dez, 1999.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CAMARANO, A. A. et al. Os jovens brasileiros no mercado de trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n.17. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- CAMARANO, A.M. **O envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 32p. (Texto para discussão, no. 858).
- CORSEUIL, C.H.; CARNEIRO, F.G. **Os impactos do salário mínimo sobre emprego e salários no Brasil: evidências a partir de dados longitudinais e séries temporais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, no. 849).
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. O Mercado de Trabalho Brasileiro é Segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos Diferenciais de Salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.36, n.4, p. 867-899, 2006.
- DELGADO, G. C. Previdência Social e Mercado de Trabalho no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n.4, p. 44-45, 2006.
- FERNANDES, R.; MENEZES-FILHO, N.A. **Impactos dos encargos trabalhistas sobre o setor formal da economia**. São Paulo: MTE, 2000. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/778_tema_21.pdf> Acesso em: 07 fev. 2008).
- FOGUEL, M.N. **Uma avaliação dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 564)
- GIOVANNETTI, B.; MENEZES-FILHO, N.A. Liberalização comercial e demanda por trabalho qualificado no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 23., 2005, Natal. **Anais...** Natal, 2005.
- GONZAGA, G.; MENEZES-FILHO, N.A.; CAMARGO, J.M. Os efeitos da Redução da Jornada de Trabalho de 48 para 44 Horas Semanas em 1988. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.57, n.2, p.369-400, abr./jun., 2003.
- GUIMARÃES, R. O. Desigualdade salarial entre negros e brancos no Brasil: discriminação ou exclusão? **Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p.227-251, dez, 2006.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 35-58, 2004.
- MAIA, K. Os Impactos do Comércio Internacional, da Mudança Tecnológica e da Demanda Final na Estrutura de Emprego no Brasil, 1985-1995. **Revista Brasileira de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 327-357, 2003.
- MENEZES-FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários Formal-Informal no Brasil: Segmentação ou Viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 235-248, abr./jun., 2004.

- MOREIRA, M.; NAJBERG, S. Abertura comercial: criando ou exportando empregos? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 371-398, 1998.
- NERI, M.; CAMARGO, J.M.; REIS, M.C. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: IPEA, jul., 2000. (Texto para discussão, n. 743).
- RAMOS, C.A. O emprego nos anos 1990: o regime macroeconômico importa? **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n.22. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, nov., 2002. (Texto para discussão n. 914)
- RAMOS, L.; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período de 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n.22. Rio de Janeiro: IPEA, nov., 2003.
- RAMOS, L.; FERREIRA, V. Geração de empregos e realocação espacial no Mercado de Trabalho Brasileiro - 1992-2002. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.35, n.1, abr., 2005.
- RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro: IPEA, jan., 2007, 42p. (Texto para discussão no. 1255)
- REIS, M.C.; GONZAGA, G. **Desemprego e deslocamentos setoriais da demanda por trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO, 2000. (Texto para discussão n. 427).
- REIS, M.C. Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os Anos Noventa no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.60, n.3, p.297-319, jul./set., 2006.
- SILVA, N. D. V; KASSOUF, A.L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.19, n.2, jul./dez. 2002.
- SOARES, S. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho** – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: IPEA, nov., 2000. (Texto para discussão n. 769).
- SOARES, S.; IZAKI, R.S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 923).
- SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, São Paulo, v.31, n.3, p.441-478, dez, 2001.
- TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Cap. 2 e 4.
- TANURI-PIANTO, M.E., PIANTO, D. M. **Informal employment in Brazil** – a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach. Brasília: Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2002. (Texto para discussão, n. 236).
- ULYSSEA, G. Mudanças Institucionais e a Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: simulando o impacto de políticas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 22., 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2004.

